

# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## CONTRATO Nº. 005/2025, DE 21.03.2025

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS E A EMPRESA BB DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA, AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – CARNES SUÍNA RESFRIADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO MUNICIPAL PARA O ANO LETIVO DE 2025.**

**CONTRATO Nº. 005/2025**

**Data: 21.03.2025**

**Prazo: 12 (doze) meses**

**Valor: R\$ 103.800,00**

**Processo Administrativo nº. 5491/2024, de 22.11.2024**

**Pregão Eletrônico nº. 009/2025**

**Data Adjucação e Homologação: 20.03.2025**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente no CNPJ nº. 44.826.840/0001-83, com sede na Ladeira José Leite de Negreiros, nº. 10, Centro, CEP: 13390-049, no Município de Rio das Pedras – SP, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o Sr. **MARCOS BUZETTO**, portador do CPF nº. 123.691.028-10 e do RG nº. 23.291.071-6-SSP/SP, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **B.B. DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA**, com sede na Av. Mofarrej, nº. 1504, Vila Leopoldina, CEP: 05311-000, na cidade de São Paulo SP, telefone (11) 3647-4000, (e-mail institucional: [licitacoes@frigorificobb.com.br](mailto:licitacoes@frigorificobb.com.br), [licitacoes@frigorificobb.com.br](mailto:licitacoes@frigorificobb.com.br) ou [frigorificobb@gmail.com](mailto:frigorificobb@gmail.com)), (Banco do Brasil 6976-0, Conta Corrente nº. 10035-8), inscrita no CNPJ nº. 43.381.672/0001-05 e Inscrição Estadual nº. 108.781.908.110, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada neste ato pela Sra. **FLAVIA SGANZELLA RODRIGUES**, brasileira, Gerente de Licitações, portadora do CPF nº. 369.477.758-09, residente e domiciliada Rua Mar Vermelho, nº. 1196, Apto 21-A, Jardim Regina Alice, CEP: 06412-140, na cidade de Barueri-SP, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Administrativo nº. 5491/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº. 009/2025, homologado e ratificado em 20.03.2025, mediante as cláusulas a seguir.

### DOS DOCUMENTOS

**Cláusula e Primeira** – Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação Pregão Eletrônico nº. 009/2025, inclusive as especificações e quantitativos.

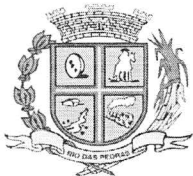
### DO OBJETO

**Cláusula Segunda** – Este Contrato para **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – CARNES SUÍNA RESFRIADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO MUNICIPAL PARA O ANO LETIVO DE 2025**, discriminados no Anexo I – Termo de Referência, que integram o presente.

§ 1º. Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à entrega dos produtos, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidência.

§ 2º. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

### DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

**Cláusula Terceira – Os produtos serão entregues de forma parcelada, devendo ser efetuadas diariamente de segunda à sexta-feira, das 7:00 às 11:00 horas, no local indicado na autorização de fornecimento de acordo com as necessidades da Divisão de Alimentação Escolar e Termo de Referência.**

§ 1º. O objeto desta licitação serão entregues nas unidades escolares, conforme descrito no Termo de Referência.

Os objetos licitados serão recebidos e conferidos por servidores designados por esta instituição.

§ 2º. O objeto será recebido da seguinte forma:

a) Será vistoriado pela equipe técnica do Setor de Alimentação Escolar antes da distribuição, após a verificação de conformidade, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contidas no Contrato, a Contratada fará a distribuição nas unidades escolares conforme ordem de fornecimento expedida pelo Setor de Alimentação Escolar.

§ 3º. Caso não esteja de acordo com o exigido, no objeto será devolvido à CONTRATADA, que terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da sua notificação, para providenciar a substituição dos produtos e/ou correção, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

§ 4º As entregas deverão ser realizadas com fornecimento de recibo em duas vias, sendo uma para a unidade requisitante e uma para o Setor de Alimentação Escolar, para posterior conferência da nota fiscal eletrônica.

§ 5º O produto deverá ser transportado em veículo baú frigorífico, em condições de higiene adequada, mantendo a temperatura de acordo com a portaria CVS-5/2.013, com objetivo de manter a qualidade e a temperatura dos produtos. Os funcionários devidamente uniformizados e com identificação da empresa, de preferência que sejam os mesmos em todas as entregas para facilitar a distribuição.

§ 6º Dar prioridade aos pedidos da Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista problemas que possam surgir e, no caso da falta de um dos itens no mercado, por motivos de aumento de preço ou escassez do produto, o mesmo deverá ser substituído por outro que seja similar na sua qualidade e desde que seja devido e satisfatoriamente justificado.

§ 7º O cardápio não deverá sofrer nenhum tipo de prejuízo, isto é, ausência de qualquer um dos itens.

§ 8º De todos os produtos quando solicitados na entrega, serão retiradas amostras aleatórias, as quais passarão por processo de análise, seleção e pesagem e se não estiverem dentro dos padrões exigidos por lei, serão imediatamente devolvidos e as amostras enviadas a Vigilância Sanitária.

§ 9º Os custos das análises que por ventura vierem a ser feitas para a comprovação, a pedido do Setor de Alimentação Escolar, correrão por conta da contratada.

§ 9º Toda qualidade, higiene, acondicionamento, etc., dos produtos poderão ser analisados em laboratório especializado, pelo Conselho de Alimentação Escolar e pelo Setor de Alimentação Escolar.

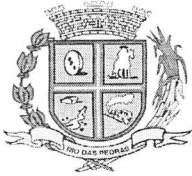
## **CLÁUSULA QUARTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

4.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei n.13.709, de 14 de agosto de 2018).

4.2. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

4.3. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

4.4. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

4.5. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da Prefeitura do Município de Rio das Pedras, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

4.6. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, afim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou à Prefeitura do Município de Rio das Pedras está exposta.

4.7. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

4.7.1. A CONTRATADA deverá sempre que solicitado, disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados, bem como prestar toda a qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

4.8. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, assumindo o compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados.

4.9. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

4.9.1. Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

4.10. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

4.11. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato à Prefeitura do Município de Rio das Pedras a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

4.11.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

4.12. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela Prefeitura do Município de Rio das Pedras e em, no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determina do por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

4.13. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Prefeitura do Município do Município de Rio das Pedras para as finalidades pretendidas neste contrato.

4.14. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Prefeitura do Município de Rio das Pedras.

## DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

**Cláusula Quinta** - ACONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto licitado, a qualquer hora.

§ 1º. A fiscalização do Contrato será executada pelo Gestor Sr. José Ferreira e Fiscal Sra. Nancy Maria Papa, funcionária portadora do CPF nº. 256.156.988-880.

§ 2º. A gestão do contrato será feita pela Secretaria da Educação – SEDUC.

**Cláusula Sexta** – Será de responsabilidade da fiscalização:

- I - acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;
- II - analisar a necessidade de celebração de termo aditivo para prorrogação ou alteração do contrato, quando julgar necessário;
- III - propor ao Controle Interno a deflagração de processo administrativo disciplinar, para aplicação de penalidades, em decorrência de descumprimento de cláusulas contratuais;
- IV - registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato;
- V - decidir pela necessidade de se proceder a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da detentora, no total ou em parte, do objeto licitado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
- VI - decidir pela rejeição, no todo ou em parte, de serviço ou fornecimento de objeto em desacordo com as especificações contidas no contrato, observado o termo de referência;
- VII - exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos no contrato e instrumentos dele decorrentes;
- VIII - comunicar a Secretaria da Educação - SEDUC, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira tomada de decisões ou providências que ultrapassem o seu âmbito de competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;e,
- IX - apresentar a Secretaria da Educação - SEDUC, relatórios semestral de contratos existentes, em que se conste o número do contrato, o nome do contratado, o objeto do contrato, a data contratação e a data de término do contrato.
- X - analisar a documentação que antecede o pagamento;

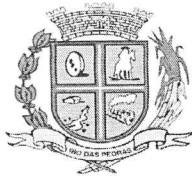
**Cláusula Sétima:** Será de responsabilidade da gestão do contrato:

- I - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- II - analisar eventuais alterações, contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- III - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contrato;
- IV - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- V - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- inserir os dados referentes aos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

## DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

**Cláusula Oitava** – São obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

- I – promover as condições necessárias para a regular execução do objeto contratual;
- II – assegurar o livre acesso às áreas envolvidas no serviço, de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

cronológica;

IV – fiscalizar a prestação dos serviços, comunicando à CONTRADADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;

V – publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, na Imprensa Oficial do Município de Rio das Pedras e no seu sítio eletrônico oficial, para fins de transparência; e

VI – controlar e acompanhar toda a execução do contrato.

**Cláusula Nona** – São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

I - contatar com a Prefeitura do Município de Rio das Pedras, através da Secretaria requisitante, antes de iniciar as entregas, acertando detalhes de execução, evitando transtornos durante as entregas do objeto;

II – executar o objeto nas condições estabelecidas neste contrato, termo de referência e anexos;

III – cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniformes e crachá de identificação;

IV – facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços realizados pela CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;

V – respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;

VI - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito do CONTRATANTE;

I – comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos serviços;

II – providenciar o imediato afastamento de empregado e/ou preposto que se torne prejudicial ou inconveniente aos serviços;

III – assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros; e

IV – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação a que se refere.

## DO CRÉDITO

**Cláusula Décima** – As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria Municipal de Educação – Fundo Municipal de Merenda Escolar – Rec. Próprio – 279 – 12.306.0033.2060-33.90.30.00 – Material de Consumo – Merenda Recurso Federal – PNAE – 284 – 12.306.0033.2092 – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Programas Federais QSE – 282 – 12.306.0033.2089 – 33.90.30.00 – Material de Consumo.

## DO PAGAMENTO

**Cláusula Décima Primeira** – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 103.800,00 (cento e três mil e oitocentos reais), conforme quadro abaixo:



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## Lote 2 - Carne suína resfriada

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
06	4.000 kg	Pernil traseiro sem osso em cubos 3 x 3 cm	BB	25,95	103.800,00

**Cláusula Décima Segunda** - A Prefeitura Municipal de Rio das Pedras efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos solicitados, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais, devidamente "laudadas" pela Secretaria requisitante.

I - Deverá constar no documento fiscal o número do Pregão, o número da nota de empenho, bem como Banco, nº da agência Bancária e nº da Conta Corrente, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

II - Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação do documento corrigido.

### DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

**Cláusula Décima Terceira** – Os valores contratados serão automaticamente reajustados pelo índice INPC, observados os valores de mercado, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, o qual trata-se do (s) orçamento (s) obtido (s) para a composição do valor estimado do processo, conforme previsto no Art. 92, § 3º da Lei 14.133/2021.

§ 1º. Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA com no mínimo 30 (trinta) dias antes do vencimento do contrato, devendo ser encaminhada a Secretaria da Educação - SEDUC, contendo planilha de composição de custos para a justificativa do reajuste.

§ 2º. Os preços serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais com data vinculada.

§ 3º. A repactuação será procedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica de variação de custos, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços ou de novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

§ 4º. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 01 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação.

### DA GARANTIA

**Cláusula Décima Quarta** – Caberá à CONTRATADA apresentar garantia contratual, devendo optar por uma das seguintes modalidades:

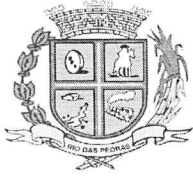
I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistemas centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia:

II – seguro – garantia; e

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º. A garantia, em valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, deverá ser apresentada no ato da assinatura do contrato, respeitando o prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de constatado o prejuízo ao interesse público, iniciar-se processo visando à extinção contratual.

§ 2º. O valor e o prazo de validade da garantia serão atualizados por meio da apresentação de garantia



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

complementar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do respectivo termo aditivo, nas mesmas condições do contrato.

§ 3º. Em havendo extinção contratual, o CONTRATANTE poderá recorrer à garantia constituída, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial por perdas e danos.

§ 4º. Se a CONTRATADA optar pela modalidade caução em dinheiro, deverá efetuar o depósito do valor indicado em caderneta de poupança, com conta vinculada em banco oficial, devendo o comprovante de depósito ser apresentado ao Departamento de Compras e Licitações.

§ 5º. Se a CONTRATADA optar pela modalidade seguro-garantia, títulos da dívida pública ou fiança bancária, serão observados os seguintes procedimentos:

I – a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento de compras e Licitações, a apólice do seguro garantia ou carta de fiança bancária correspondente ao valor indicado no § 1º desta cláusula;

II – a aceitação de títulos da dívida pública ficará condicionada à verificação com Banco Central do Brasil órgão emissor sobre sua exequibilidade e validade;

III – o seguro-garantia somente será aceito se contemplar todos os eventos indicados nos incisos do § 6º. desta cláusula e continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

§ 6º. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II – prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III – multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

IV – obrigações trabalhistas e providenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

§ 7º. – A garantia será considerada extinta nos seguintes casos:

I – com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

II – após o término da vigência do contrato.

§ 8º. O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

I – caso fortuito ou força maior;

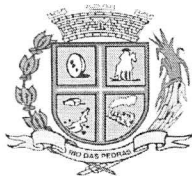
II – alteração sem prévia anuência da seguradora ou do fiador das obrigações contratuais;

III – descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da administração; ou

IV – prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

§ 9º. – Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia que não as previstas no parágrafo acima.

§ 10º. A modalidade de garantia apresentada pela CONTRATADA será formalizada por meio de apostila, a qual será publicada na imprensa Oficial do Município de Rio das Pedras. Caso haja alteração da modalidade de garantia durante a vigência contratual, sua formalização observará o mesmo



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

procedimento.

## DA LIBERAÇÃO DA GARANTIA

**Cláusula Décima Quinta** – A garantia será liberada ou restituída pelo CONTRATANTE após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§ 1º. Em contratos por escopo, será liberada após o recebimento definitivo do objeto.

§ 2º. Se a opção da CONTRATADA for modalidade caução em dinheiro:

I – a CONTRATADA terá direito à restituição do valor caucionado retido, atualizado monetariamente pelo mesmo índice da poupança, do período compreendido entre a data do depósito e a data da efetiva liberação;

II – a caução em dinheiro será liberada após solicitação formal da CONTRATADA.

## DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**Cláusula Décima Sexta** – As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com Prefeitura Municipal de Rio das Pedras e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, com fulcro no Título IV – Das Irregularidades, Capítulo I – Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei nº. 14.133/2021.

§ 1º. A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso do art. 155, da Lei nº14.133/21, qual seja, dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º. A CONTRATADA estará sujeita à penalidade de multa, observado:

I - 0,5 % (meio por cento) ao dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor total do (s) produto(s), pelo atraso na entrega entregue (s) com atraso;

§ 3º. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§ 4º. Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 5º. Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertido sem multa pela autoridade competente.

§ 6º. A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, sem aplicação de juros de mora.

§ 7º. Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, a CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

III - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, a CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

§ 8º. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com Prefeitura Municipal de Rio das Pedras será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega dos materiais sem motivo justificado;

V - não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pela CONTRATANTE; e/ou

VI - descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§ 9º. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n.14.133/2021, nos seguintes casos:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§ 10. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravante ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 11. É admitida a reabilitação do contratado perante Prefeitura do Município de Rio das Pedras, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

IV- cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto a o cumprimento dos requisitos.

§ 12. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§ 13. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 14. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprova do e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

## DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

**Cláusula Décima Sétima** – A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a extinção com as conseqüências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei nº. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputa, desde que haja interesse da Administração;

III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

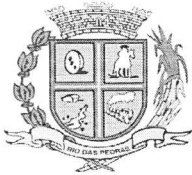
V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI – atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII – atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista na lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

§ 2º. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 3º. Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§ 4º. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

## DOS ENCARGOS

**Cláusula Décima Oitava** - As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

## DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

**Cláusula Décima Nona** - A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei a expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

## DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

**Cláusula Vigésima** - Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**Parágrafo Único** - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

## DOS PRAZOS

**Cláusula Décima Quinta** - Este contrato terá os seguintes prazos:

I - de vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

**Parágrafo Único** - Havendo interesse público devidamente justificado e disponibilidade de créditos orçamentários e, caso os preços permaneçam vantajosos à CONTRATADA, o prazo contratual poderá ser sucessivamente renovado, respeitada a vigência máxima decenal.

## DA PUBLICAÇÃO

**Cláusula Vigésima Segunda** - A CONTRATADA providenciará a publicação deste contrato na Imprensa Oficial do Município de Rio das Pedras, no sítio eletrônico da Prefeitura de Rio das Pedras (Portal da Transparência) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), quando este estiver habilitado, para fins de garantia a ampla publicidade.

Para todas as questões suscitadas na execução do contrato, não resolvidas administrativamente, o foro será da Vara Distrital de Rio das Pedras, Comarca de Piracicaba - SP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lido e achado conforme, assinam este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, as partes e testemunhas.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

Rio das Pedras (SP), 21 de março de 2025.

P/ CONTRATANTE

**MARCOS BUZETTO**  
Prefeito Municipal

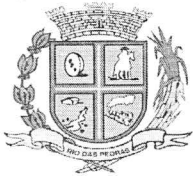
*Cleusa Z. da Costa*  
1 - CLEUSA APARECIDA Z. DA COSTA

P/ CONTRATADA

*Flavia Sganzele Rodrigues*  
**FLAVIA SGANZELLA RODRIGUES**

Testemunhas

*Silvio Jamil Quinaglia*  
2 - SILVIO JAMIL QUINAGLIA



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N.º 11/2021)

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS  
**CONTRATADO:** B.B. DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA  
**CONTRATO N.º 005/2025, DE 21.03.2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5491/2024.**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2025**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – CARNES SUÍNA RESFRIADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO MUNICIPAL PARA O ANO LETIVO DE 2025.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no artigo 2º das Instruções n.º 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Prefeitura Municipal de Rio das Pedras, 21 de março de 2025.

### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Marcos Buzetto  
Cargo: Prefeito



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

CPF: 123.691.028-10

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Marcos Buzetto  
Cargo: Prefeito  
CPF: 123.691.028-10

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: Marcos Buzetto  
Cargo: Prefeito  
CPF: 123.691.028-10

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratado:**

Nome: Flavia Sganzella Rodrigues  
Cargo: Gerente de Licitações  
CPF: 369.477.758-09

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:**

Nome: José Ferreira  
Cargo: Secretário da Educação - SEDUC  
CPF: 250.033.318-35

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: José Ferreira  
Cargo: Secretário da Educação - SEDUC  
CPF: 250.033.318-35

Assinatura: \_\_\_\_\_



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## ANEXO VI

### RELAÇÃO DAS ESCOLAS, PRÉ-ESCOLAS E CRECHES PARA ENTREGA DOS PRODUTOS

#### RELAÇÃO DAS ESCOLAS, PRÉ-ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS

**01 - ESCOLA MUNICIPAL "Profª ANGELA REGINA SACARO ORIQUI"**

Endereço: Rua: Luiz Delfino, 55  
Bairro: Conjunto Residencial Vitória Perim Cezarino  
Tel. 3493-2339 ou 3493-4660

**02 – ESCOLA MUNICIPAL "BARÃO DE SERRA NEGRA"**

Endereço: Rua: Teófilo do Amaral Campos, 67  
Bairro: Centro  
Tel. 3493-2239 ou 3493-6457

**03 – ESCOLA MUNICIPAL "CONTADOR WALDOMIRO DOMINGOS JUSTOLIM"**

Endereço: Av. Dr. Adhemar de Barros, 550 Bairro: Centro  
Tel. 3493-2245 ou 3493-2362 ou 3493-3963

**04 – ESCOLA MUNICIPAL "Profª. IMMACULADA GRECCO CIVOLANI"**

Endereço: Rua: Silvio Severino, S/Nº  
Bairro: Nosso Teto  
Tel. 3493-1772 ou 3493-4100

**05 – ESCOLA MUNICIPAL "MARIA APARECIDA AGUIAR DEGASPARI"**

Endereço: Avenida Antenor Cortelazzi, 30  
Bairro: Conjunto Residencial Vitória Cezarino (Sem Terra)  
Tel. 3493-6659 ou 3493-6666

**06 – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "BRUNA MANIASSI ZEPPELINI"**

Endereço: Rua: Dr. Mário Tavares, 496  
Bairro: Centro  
Tel. 3493-6458 ou 3493-9490

**07 – CEAD - CONTADOR WILSON CIVOLANI**

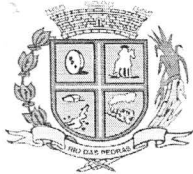
Endereço: Avenida Dr. Ademar de Barros, 280  
Bairro: Centro  
Tel. 3493-1794

**08 – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "JÚLIA CELESTINO DA CUNHA ANDRÉ"**

Endereço: Rua: Antonio Dorival Paris, 17  
Bairro: Codespaulo  
Tel. 3493-2243

**09 – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "NELSON ROSAMILHA"**

Endereço: Rua: Luís Massud Coury, 50  
Bairro: Jorge Coury  
Tel. 3493-4494 ou 3493-4399



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

**10 – ESCOLA MUNICIPAL “PROF. AUGUSTO ELIAS SALES” e CRECHE IVANILDE BERTOLDI BETIOL**

Endereço: Rua: José Emílio Betiol, 780

Bairro: São Cristóvão

Tel. 3493-2160

**11 – ESCOLA MUNICIPAL “Profª MARIA ARLETE ANGELELI”**

Endereço: Rua: Gerônimo Guilherme Peroza, S/Nº

Bairro: São Cristóvão

Tel. 3493-1773 ou 3493-2504

**12 – ESCOLA MUNICIPAL “Profª IGNES BRIOSCHI RUBIM”**

Endereço: Rua: Santo Antonio Degaspari, S/Nº

Bairro: Jardim Santo Antonio

Tel. 3493-1499 ou 3493-1605

**13 – CRECHE MUNICIPAL “DONA OTÁVIA PARDI SCHIAVON”**

Endereço: Rua: Trajano Alves de Moura, 373

Bairro: Santo Antonio

Tel. 3493-2554

**14 – CRECHE MUNICIPAL “IRENE MIORI ZANDONÁ”**

Endereço: Rua Silvio Severino, 15

Bairro: Nosso Teto

Tel. 3493-7137

**15 – CRECHE MUNICIPAL “PADRE GERALDO MOREIRA CÉZAR”**

Endereço: Rua: Vitório Hermínio Delagrancia, 220

Bairro: Vitória Perim Cezarino – Pombal

Tel. 3493-2966

**16 – CRECHE MUNICIPAL “DONA ANGELA TARARAN GANASSIM”**

Endereço: Rua: Carolina Scroca Guidolim, 15

Bairro: Codespaulo

Tel. 3493-2299

**17- ESCOLA MUNICIPAL “PROFª CLAUDETE APARECIDA GUIDOLIM NICOLAI” E PASTOR ANTONIO RÚBIA**

Endereço: Rua: Antonio Bertassi Nº 535

Bairro: Bom Jardim

Tel. 3493-1720

**18- PROJETO ESPAÇO AMIGO**

Endereço: Rua Silvio Severino, S/Nº

Bairro: Nosso Teto

Tel. 3493-5511